Assistência e Poder: os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro

Geovana Silva ¹

Resumo: A relação entre Assistência e Poder representada na constituição e funcionamento das Santas Casas de Misericórdia instaladas no Brasil desde o período colonial é fenômeno que já conta com alguns estudos. Este trabalho enfoca seu campo de observação no contexto dos finais do período imperial e da Primeira República, realizando um resgate histórico dos *provedores*, ou seja, aqueles personagens ligados às elites que ocuparam os mais altos cargos nas Mesas Diretoras da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, apontando para como os mesmos atuaram tanto norteados pelas filosofias higienistas da época como no sentido de expandir o *processo histórico de institucionalização* de diferentes segmentos das classes populares.

Palavras-chaves: Assistência, poder, provedores, filantropia.

Assistance and Power: the providers of Santa Casa de Misericórdia of Rio de Janeiro

Abstract: The relation between Assistance and Power represented in the constitution and operation of the Santas Casas de Misericórdia installed in Brazil since the colonial period is phenomenon which has already had some studies. This work focuses its field of observation on the contexts of the end of the Imperial Period and the First Republic, conducting a historical review of the providers, i.e., those subjects connected with elites who occupied the highest positions in the Boards of the Santa Casa de Misericórdia of Rio de Janeiro, pointing at how they acted guided by the hygienist philosophy of the time, as well as by expansion of the historical process of institutionalization of different segments of working classes.

Key words: Assistance, Power, Provider, Philanthropy

1. Introdução

A fundação das Santas Casas de Misericórdia em Portugal e em todo o vasto e descontínuo Império Português, nele incluído o Brasil, tem sido objeto de inúmeros estudos (Sá,1997, 2001; Russel-Wood,1981; Zarur, 1979; Nogueira Pinto, 2001, Coimbra, 1986, entre outros).Formada por uma irmandade leiga, a Santa Casa da Misericórdia teve origem em Portugal no final do século XV². Sua fundação, na

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Bolsista da CAPES (2008) e Especialista em Gestão de Recursos Humanos.

² O nome Misericórdia era uma das antigas invocações da Virgem Maria, que foi utilizado entre 1240 e 1350 para nomear uma irmandade em Florença - Nossa Senhora da Misericórdia. Segundo alguns estudiosos, esse fato teria influenciado Portugal a criar uma irmandade de mesmo nome.

historiografia existente, costuma ser atribuída ao Frei Miguel de Contreras, com o apoio da rainha Dona Leonor, viúva de Dom João II, rei de Portugal falecido em 1495. De origem nobre, Miguel de Contreras exerceu professorado em teologia e foi pregador, visitando freqüentemente os palácios reais. Organizou o primeiro hospital às portas de Santo Antônio da Sé, num casarão em ruínas, mantido graças às esmolas que levantava junto aos seus devotos. Nos finais do século XV foi fundada, então, a confraria da Misericórdia, sob a real proteção de Dona Leonor, que mandou edificar o hospital de Caldas da Rainha e, com a colaboração de seu irmão Dom Manuel I, então rei de Portugal, deu prosseguimento às obras do Hospital Real de Todos os Santos, iniciado por Dom João II em 1492, bem antes da confirmação legal da Irmandade da Misericórdia de Lisboa em 1498. Somente em 1502 foi instalado o Hospital Real de Todos os Santos, dando início, então, ao processo de unificação da assistência pública em Portugal que concentrou todos os hospitais e hospícios da capital portuguesa em uma única instituição. Finalizado em 1564, foi entregue à Misericórdia pelo cardeal Dom Henrique, então regente do trono português. Durante todo o século XVI, foram sendo fundadas Misericórdias em diferentes pontos do território metropolitano e nas principais localidades das colônias ultramarinas, seguindo-se os moldes estabelecidos em Lisboa.

Em 1532, a expedição de Martim Afonso de Souza deu origem ao primeiro núcleo colonial – a vila de São Vicente, no litoral do estado de São Paulo. Este núcleo se estendeu mais tarde até o interior, originando o povoado de Santos, fundado por Brás Cubas, onde, segundo alguns historiadores, teria sido organizada, em 1543, a primeira Santa Casa no Brasil (CAMPOS, 1943). O surgimento das Santas Casas coincidiu com a política de ocupação de terras inaugurada pela Coroa portuguesa, promovendo a intervenção direta dos empreendedores europeus na esfera da produção, conforme a legislação das sesmarias e o estabelecimento de capitães donatários. Estes eram, em grande parte, fidalgos da pequena nobreza, segundo a prática feudal lusa.

Além disso, a intervenção portuguesa de forma mais direta na questão do povoamento do território brasileiro se consolidou através da nomeação do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, fidalgo e rico aventureiro da carreira das Índias. O governo de Tomé de Sousa (1549-1553) foi sucedido por outros quatro governadores-gerais até a União Ibérica, em 1580, quando o reino de Portugal se uniu ao de Espanha. De qualquer forma, mais que uma mera instituição assistencial, as Misericórdias integraram a estruturação do modelo colonial, sendo um de seus pilares. O patrocínio

real e a moldagem institucional (seguindo o modelo de Lisboa) deram destaque e protagonismo às Misericórdias entre as demais organizações locais.

Ainda que socialmente apresentadas como *instituições pias de assistência aos mais pobres*, essas organizações apresentavam uma configuração institucional na qual os “privilégios” representavam um de seus fatores estruturantes. Assim, a historiadora portuguesa Izabel de Sá (1997 e 2001) considera que as Instituições de Caridade eram, antes de tudo, “arenas cruciais nas lutas pelo poder ao nível local”, onde sua presença e atuação ofereciam oportunidade de afirmação social, prestígio e privilégios às famílias das elites e aos indivíduos que delas participavam. Operando em nome da caridade cristã e de compromissos espirituais, as Irmandades da Misericórdia representaram, portanto, um modelo de organização econômica, social, de poder político e patrimonial que ultrapassava em muito os aspectos meramente espirituais e devocionais.

Não há dúvida, entretanto, que a fundação das Santas Casas representava também mais uma das manifestações da articulação entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica, que, como “parceira” do empreendimento colonial, legitimava sua presença pelas metas de expansão da fé cristã e pela missão de conversão do *gentio do Novo Mundo*. De qualquer forma, as relações entre as Misericórdias e as estruturas de poder real e dos poderes locais são absolutamente incontestáveis. Neste âmbito, é importante destacar que as Misericórdias, como Irmandades prioritárias dentre as demais, foram entidades chefiadas por personalidades específicas, os considerados “os Homens de Bem” das localidades nas quais se instalavam. Como destaca Quiroga (2008)

“as regras de admissão indicavam, a rigor, o múltiplo sentido assumido pela expressão Homens de Bem. Exigia-se do irmão: “ser limpo de sangue”; ser “livre da toda infâmia”; ser de “bom entendimento sabendo ler e escrever”; ser abastado de meios de modo a que possa acudir ao serviço da Irmandade, sem cair em necessidade de aproveitar-se dos bens que lhe corra por suas mãos”. Tais regras tinham implícitas várias exclusões que expressavam preconceitos de classe, credo e cor e, na prática, terminavam por limitar o acesso aos possíveis candidatos à Irmandade (principalmente à sua Mesa Diretora) o que resultou numa concentração entre pessoas com capacidade econômica e reconhecido prestígio social. (2008, p.21)

Desta forma, as irmandades da Misericórdia foram, na expressão de Russel-Wood (1981), organizações sociais de **irmãos aristocráticos, católicos e brancos** que tiveram nelas (ou através delas) um reforço a sua participação em outras instâncias tanto da administração colonial quanto do poder político dos Conselhos e Câmaras locais³. A análise dos dirigentes da Santa Casa do Rio de Janeiro, no período por nós considerado, é eloqüente neste sentido. Seus provedores (mais alto cargo da Mesa Diretora da entidade) são homens, frequentemente com títulos de nobreza e trânsito nas esferas do poder imperial, cuja atuação estava totalmente articulada às lógicas e exigências de uma época hegemônica pelo pensamento jurídico e médico higienista.

2. Provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro

Depois da expulsão dos franceses do Rio de Janeiro pelo governador geral Mem de Sá, a cidade tornou-se um centro direto de ação da metrópole na colônia. Tal importância pode ser atribuída, sobretudo, à abundância de seus recursos econômicos naturais, à sua importância estratégica e ao prestígio de seu governante Cristóvão de Barros (1573-1575) perante o rei. Na época, o Brasil estava dividido em dois governos distintos: o das colônias do Sul, cuja sede era o próprio Rio de Janeiro, e o das colônias do Norte, com sede na Bahia. Embora tal divisão tenha sido abolida poucos anos depois (1577), o Rio de Janeiro continuou a ser a metrópole do Sul, centro de resistência contra agressões externas e ponto de irradiação da colonização no território fluminense.

A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro foi criada na segunda metade do século XVI (1582), regida pela sede de Lisboa e pautando-se pelos mesmos "compromissos" de sua entidade-mãe, quais sejam: as 14 obras de misericórdia, sendo sete espirituais – "ensinar os ignorantes, dar bom conselho, punir os transgressores com compreensão, consolar os infelizes, perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo, orar a Deus pelos vivos e pelos mortos" – e sete corporais – "resgatar cativos e visitar prisioneiros, tratar os doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e os pobres e sepultar os mortos". (Nogueira Pinto, 2001; RusselWood, 1981).

³ É importante destacar que, como se deu em outras regiões do Brasil e do Império português, "buscando o maior grau de proteção possível foram eleitos como provedores os governadores gerais e vice reis" (Russel-Wood, 1981:89) fechando-se assim o círculo entre a Mesa Diretora da Instituição e o poder político local e colonial.

Ainda que sua atuação no tratamento dos doentes tenha sido uma das mais relevantes, principalmente considerando as freqüentes epidemias que assolavam a cidade e sua população, em seus dois primeiros séculos de existência a Santa Casa contou apenas com um físico e um cirurgião efetivos, além dos que se ofereciam para auxiliá-los em troca do internamento de doentes particulares e do uso de suas instalações (Campos, 1943).

No entanto, como veremos na análise dos provedores do período da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a entidade ampliou sua atuação em relação a outras esferas dos “compromissos” de sua fundação. Assim, foram criados, no período, diversas outras entidades asilares de acolhimento de órfãos, apoio a viúvas e asilos de mendicidade, diversificando-se as intervenções no campo das doenças com a criação de hospitais especializados e participação nas campanhas de vacinação que caracterizaram o período higienista.

Além disso, como será observado, os provedores que ocuparam os cargos de maior relevância na Instituição foram também participantes ativos dos diversos acontecimentos e processos políticos de sua época, realizando um trânsito entre os diferentes poderes (imperiais e republicanos) e as elites locais juntos às quais tentavam “sanar as dificuldades de ordem econômico-financeiras” sofridas pela entidade principalmente na entrada do período republicano. Nesta época, foram esboçadas algumas medidas de separação entre os poderes eclesiásticos e civis. Somando-se a este fato a grande presença de personalidades ligadas (e defensoras) do poder imperial e de grupos ligados à aristocracia agrária da época, a Instituição enfrenta situações de tensão face à incompatibilidade entre os interesses particulares de seus dirigentes e os ideais republicanos e abolicionistas que agitam o período final do Império e após proclamação da República.

O que se verifica é que após a independência, as Misericórdias “libertam-se” das regulações do reino e de sua congênere lisboeta, mas não de sua umbilical relação com o poder. Na verdade, no Estado Imperial Brasileiro, as Santas Casas em geral, e a do Rio de Janeiro, em particular, permanecem como principais entidades de intervenção assistencial. Entretanto, novas demandas de atendimento lhe são feitas agora frente a uma sociedade que, permanecendo extremamente hierarquizada, vai se tornando mais complexa ao longo do século XIX e nos inícios do século XX. Novas filosofias, principalmente relacionadas ao atendimento médico e à administração hospitalar, passam a questionar o trabalho até então realizado pelas Santas Casas (Nogueira Pinto e Hermely, 2001). Esta se vê compelida a reformular seu poder patrimonial e a instituir

novos equipamentos de atendimento, seguindo as prioridades do contexto político-social da cidade do Rio de Janeiro. Esta vivia então uma importante condição de centro urbano: capital da República; base de um nascente capitalismo urbano-industrial; pólo de atração de migrantes nacionais e estrangeiros além de contar com um significativo contingente de população ex-escrava.

3. História cronológica dos provedores da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro

Como indicamos anteriormente, os regulamentos das Misericórdias (“Compromissos”) estabeleciam que os Provedores fossem: “Homens de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade, de maneira que os outros irmãos possam reconhecer como cabeça e lhes obedçam com mais facilidade; e ainda que por todas as sobreditas partes o mereça, não poderá ser eleito de menos idade de quarenta anos” (ZARUR, 1985, p. 34).

Procederemos abaixo a uma breve descrição do perfil dos provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, no período por nós estudado, com base em informações contidas no site da entidade (www.santacasarj.org.br).

Ainda que breves, as biografias e a atuação destes provedores dão uma idéia da concentração de poder nestes “homens de bem”, não só na condução dos assuntos ligados à entidade mas em outros processos e acontecimentos políticos de sua época.

1883-1889

José Mauricio Wanderley, o **Barão de Cotegipe**: Nasceu em 1815 e faleceu em 1889, no Rio de Janeiro. Advogado, Juiz, Chefe de Polícia, Presidente da Bahia, Deputado, Senador, Ministro 8 vezes e detentor de insígnia de Comendador. Como Ministro, foi enviado à República do Prata para negociar um tratado de paz articulado à Tríplice Aliança. Foi mordomo dos presos na Provedoria do Visconde de Jaguarí. Notável político, banqueiro e financista, saldou dívidas da instituição com a doação de seus amigos influentes. Iniciou um período de reformas nos hospitais e educandários. Restaurou a capela, fundou um hospital e o Instituto Pasteur e concluiu as obras do Hospital Nossa Senhora do Socorro, iniciadas por seu antecessor, Zacharias de Góes e Vasconcellos

Em 1884 fundou o Hospital Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, para o tratamento da tuberculose em imóvel comprado e adaptado para este fim. Logo após a sua inauguração, já recebeu a primeira leva de doentes. Instalou o Asilo Santa Maria em outras dependências da Misericórdia, em Botafogo. Com seu prestígio junto a D. Pedro II, o Barão enviou o médico Augusto Ferreira dos Santos à França para estudar a vacinação contra a raiva, descoberta por Pasteur dois anos antes. Ao retornar, criou e tornou-se diretor do Instituto Pasteur, em Laranjeiras, incorporado à Irmandade. O prédio foi adaptado e nele foram instalados materiais trazidos da Europa por encomenda do Governo, além da preparação dos animais que serviriam de fonte para o tratamento preventivo da raiva.

Além dos humanos infectados, o Instituto desenvolveu um trabalho de vacinação dos animais, diminuindo a propagação da doença.

1890

Jeronymo José Teixeira, o **Visconde do Cruzeiro**: Advogado, Deputado Provincial, Presidente da Câmara dos Deputados, Senador, Ministro da Agricultura, Comercio e Obras Públicas, Diretor do Banco do Brasil e Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II. Foi Conselheiro de Estado, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e Comendador. Nasceu no Rio de Janeiro em 1830 e faleceu em Roma em 1892. Decidiu criar um novo asilo para abrigar crianças pobres. Para tanto, recolheu donativos, inclusive grandes doações da Imperatriz. Acabou renunciando por pressões políticas advindas da República.

Conta versão que circulava à época: “uma doente na eminência da morte pediu a uma Irmã de Caridade que não deixasse suas duas pequenas filhas no desamparo. Consternada, a religiosa levou o apelo ao Provedor, que resolveu, então, buscar uma solução para a questão das órfãs”, já que os dois estabelecimentos então direcionados para este fim, estavam sempre lotados. A partir deste episódio, foi iniciado, o processo para a criação do Asilo da Misericórdia, para dar abrigo apropriado para as meninas que viviam no hospital, deixadas por suas mães enfermas ou enviadas pelas autoridades. A urgente tarefa de retirá-las do convívio dos doentes fez com que o Visconde do Cruzeiro organizasse uma subscrição popular para angariar fundos. Ele próprio abriu a lista e o “Livro de Ouro” foi firmado por Irmãos, funcionários e até lavadeiras e pescadores. A Princesa Isabel doou grande quantia.

Assim, foi comprada uma mansão na Rua São Clemente, cercada de floresta, e foi iniciada a adaptação à nova função. Nesta etapa, foram necessários novos recursos, doados por monarquistas, inclusive pelo Visconde de Ouro Preto, representando o último Conselho de Ministros de D. Pedro II. O Asilo foi inaugurado já pela República, em 1890, com a presença do Chefe do Governo Provisório, General Deodoro da Fonseca. No primeiro ano de funcionamento já estava lotado

1890-1901

Paulino José Soares de Souza II: Deputado, Senador, Diretor da Cia. Brasileira Torrens, Ministro da Agricultura, Ministro do Império, Conselheiro de Estado. Nasceu em 1834 e faleceu em 1901 no Rio de Janeiro. Como Provedor, instituiu convênio com o Colégio Salesiano para receber 60 alunos por ano, que podia, assim, dar continuidade aos seus estudos, diversificando a prática até então dominante de enviar para o Serviço da Marinha os “meninos abandonados” confiados à Instituição, quando completavam 12 anos.

Em 1900 foi instalado num casarão em Botafogo o Asilo São Cornélio para meninas. As internas aprendiam trabalhos manuais e “seus dotes artísticos ganharam reputação, com bordados em ouro e flores artificiais de rara beleza.” O edifício foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ao final de sua gestão, em 1901, o Provedor assegurou por mais 50 anos a Concessão pela Santa Casa dos serviços funerários, permanecendo o encargo de sepultar gratuitamente os indigentes, uma das missões da Misericórdia desde a sua fundação em 1582.

Apesar de inúmeros conflitos entre o governo e a Irmandade, na gestão do presidente Deodoro da Fonseca, o Provedor reformou o Hospital do Caju, embelezou os cemitérios e conseguiu renovar a Concessão dos serviços funerários, além de inaugurar dois asilos para crianças pobres.

1902-1938

Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho: Senador da República e economista, “atraiu figuras de renome nacional para a Santa Casa,” fortalecendo os laços políticos da entidade e o poder republicano.

Constantemente reeleito, dirigiu a Irmandade por 36 anos. Restaurou várias unidades e criou o Grêmio dos Internos, que reunia os futuros mestres da Medicina. Durante sua gestão, a Santa Casa recebeu a visita de todos os Presidentes da República.

No início do século XX, a estrutura de manutenção da entidade começa a mostrar seus limites: diminuem as doações financeiras de particulares e do próprio governo republicano; seu poder patrimonial é reduzido com a desapropriação de inúmeros imóveis de sua propriedade; além do enorme aumento das demandas de atendimento a doenças relacionadas às epidemias que se sucedem (varíola, febre amarela, peste bubônica, tuberculose etc.) o que, de forma mais nítida, exige a atuação direta do poder público. As enfermarias da Santa Casa mostram-se absolutamente insuficientes.

Assim, entre 1902 a 1907 inicia-se a luta de Oswaldo Cruz para tornar a vacinação obrigatória contra febre amarela e varíola. Em 1907 a febre amarela é erradicada, mas permanecem as epidemias de varíola e peste bubônica. Em 1904, durante a Reforma Pereira Passos, profundas reformas foram feitas na cidade, e 24 imóveis da Santa Casa foram desapropriados pela municipalidade.

Com tais desapropriações, alguns de seus equipamentos (como o Hospital Infantil anexo ao Hospital Geral) foram transferidos. Nas décadas seguintes, a Santa Casa reduz sua expansão, ainda que permanecesse recebendo grande parte das atribuições e privilégios (isenções de impostos e taxas; prioridades no recebimento de recursos assistenciais etc.) que marcaram sua trajetória no país e na cidade.

Considerações finais

A primeira Constituição republicana (1891) estabeleceu a laicização do Estado, separando-o da Igreja. No entanto, a partir da metade da Primeira República, a Igreja Católica inicia um processo de reformulação da atividade religiosa comandado pela hierarquia que terá por bandeira recuperar os privilégios e prerrogativas, tanto práticos como ideológicos da instituição ⁴. A posição da Igreja em relação ao Estado, neste período, foi de absoluta colaboração.

O catolicismo, no que diz respeito à questão social na Primeira República, apresentou posicionamentos diferenciados, envolvendo dois momentos distintos.

⁴ Ver a este respeito Yamamoto, Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 23 ed. 2008.

Inicialmente, o Movimento de Reação Católica, após a Proclamação da República e a separação entre Igreja e Estado, quando a questão social é colocada em segundo plano e a grande preocupação da Hierarquia é com sua reestruturação institucional no cenário brasileiro. No segundo momento, a Igreja, através da Restauração Católica, desenvolve ações no sentido de enfrentar a questão social, ao mesmo tempo em que reforça uma determinada concepção de intervenção estatal. Na verdade, nos dois momentos, a Santa Casa de Misericórdia foi uma instituição fundamental para a Igreja Católica manter e/ou recuperar sua hegemonia junto à sociedade e seu espaço junto ao Estado.

Sempre atuando em nome da caridade, esta se configurou como o suporte sobre o qual foi erigido o arcabouço institucional da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Entretanto sua atuação extrapolou os limites de uma perspectiva meramente religiosa ou assistencial. Alinhada, frequentemente a perspectivas mais conservadoras, e num momento de efervescência e contestação política, ela foi contemporânea e colaboradora de uma série de outros processos.

Referências bibliográficas.

ANTONIAZZI, Alberto. Mudanças no panorama religioso no Brasil. Boletim CNBB. N. 753 e 754, nov. 2004.

CAMPOS, Ernesto de Souza. Santa Casa de Misericórdia de Santos: primeiro hospital fundado no Brasil; sua origem e evolução 1543-1943. São Paulo: [Elvino Pocai], 1943.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COIMBRA, Luiz Octávio. Filantropia e racionalidade empresarial (a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro de 1850 a 1920). Revista do Rio de Janeiro, Niterói, 1, n.3, p. 41-51, mai./ago.1986.

FILGUEIRA, Liz Barddal. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2000.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Estado e política social no pensamento brasileiro na Primeira República. .In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social - ESS/UFRJ, Vol.6, primeiro semestre, Rio de Janeiro, 2002.

MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. SP: Cortez, 2008.

NOGUEIRA PINTO. Maria Dina e HERMELY, José Vicente “*Modelos de Filantropia: A Santa Casa e a Filantropia Higienista*” in “*Modernização e novas*

configurações do social”, Relatório de Pesquisa, ESS/UFRJ - CNPq. Rio de Janeiro, 2001.

PAIVA, Angela Randolpho. Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos – Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003

QUIROGA, Ana Maria. *Caridade, Filantropia e justiça e os modelos de ação social*. In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social- ESS/UFRJ, Vol.5, segundo semestre, Rio de Janeiro, 2001.

_____.”*Assistência e Poder: revendo uma articulação histórica*” Rio de Janeiro, Revista Praia Vermelha, 18. 1 semestre, 2008

RUSSELL-Wood, A. J.R.,1939- Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Trad. De Sérgio Duarte. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. “*Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português 1500-1800*;- Lisboa:Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997

_____.”*As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel a Pombal*”, Lisboa: Livros Horizonte, 2001

Site: www.santacasarj.org.br

ZARUR, Dahas Chade. História da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro- Uma velha e nova história 2ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Itambé, 1979.